

Argentina nega confronto

BRASÍLIA — A Argentina não decretará moratória nem entrará em confronto com o sistema financeiro internacional. Pelo contrário, o país deverá receber, nos próximos dias, novos empréstimos de bancos privados (550 milhões de dólares) e do Fundo Monetário Internacional (250 milhões de dólares) para o refinanciamento da dívida externa. Até o final do ano, poderá receber mais 800 milhões de dólares para garantir o cumprimento de seus compromissos financeiros, alguns vencidos e não pagos.

A informação é do diretor do Banco Central da Argentina, Arturo O'Connell, que durante todo o dia de ontem participou no ministério da Fazenda de uma reunião do G-III (grupo que reúne os três principais devedores da América Latina — México, Brasil e Argentina). O'Connell garantiu que não tem nenhum fundamento as informações de que seu país decretará moratória e contou que o encontro sigiloso do secretário da Fazenda da Argentina, Mário Brodersohn, com o presidente José Sarney e o ministro Bresser Pereira “foi muito mal interpretado por um jornal brasileiro”.

Segundo O'Connell, a visita de Brodersohn também não teve nenhuma relação com a

renegociação da dívida brasileira, sendo seu objetivo tratar do encontro entre Sarney e o presidente argentino, Raúl Alfonsín — além de presidentes de mais seis países latino-americanos — nos dias 27 e 28 de novembro, no México.

A dívida externa dos dois países foi o tema principal do encontro, admitiu O'Connell, que considera necessário se chegar a uma posição comum e mais sólida das nações devedoras da América Latina na questão da dívida. Mas ressaltou que isso não significa que os países precisam trilhar os mesmos caminhos na condução de seus entendimentos com os credores.

— Cada país negocia como bem entender, mas nós entendemos que precisamos propor novas formas de negociação — disse o argentino, acrescentando: “Queremos idéias novas, não as que estão aí”.

O'Connell negou que esteja sendo preparado um cartel entre México, Brasil e Argentina, mas enfatizou a necessidade de coesão maior em todos os setores. Alegando desconhecer os detalhes do acordo provisório firmado ontem entre o Brasil e os bancos credores, O'Connell disse apenas que achava difícil que o Governo brasileiro fechasse uma negociação em condições desfavoráveis.